

APTD 03-2-3-102/1

Estados Unidos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO

HISTÓRICO DAS REUNIÕES DA CECLA E MISSÃO ROCKEFELLER

Posição do MEC junto ao Grupo de Trabalho preparatório da posição do Brasil na CECLA e Entendimentos Bilaterais com os EE. UU. (MISSÃO ROCKEFELLER)

1. Decreto nº 64.188, de 11/3/1969 (D.O. 12/3/69)

Cria Grupo de Trabalho Interministerial, sob à coordenação do Ministério das Relações Exteriores, para preparação da posição do Brasil na CECLA, CIES e entendimentos bilaterais com os EE.UU.

- Prof. Edson Franco (Secretário Geral) é designado pelo Senhor Ministro Tarso Dutra representante do MEC no GTI (Portaria nº).
- Drs. Sandoval Machado e Paulo Ramos, foram indicados pelo Senhor Ministro Tarso Dutra para assessôres suplentes no GTI (ofício nº 642/69/GB/SG/SE).

2. Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)

As reuniões do GTI, inicialmente foram destinadas a deliberarem sobre qual a posição do Brasil na Reunião da CECLA, já realizada. Atualmente, procuram estabelecer entre os órgãos do governo uma unidade de pensamento para as conversações com a Missão Rockefeller.

Para a elaboração do documento final do Brasil apresentado na CECLA a colaboração do MEC foi consubstanciada nos subsídios constantes do Anexo IV.

Para as conversações bilaterais com a Missão Rockefeller, embora não conhecendo os objetivos precípuos da Missão, partindo-se apenas do pressuposto que a referida Missão não virá para levantar dados sobre a situação do Brasil (fato já do seu conhecimento), mas conhecer talvez dados substantivos que possam definir uma política dos EE.UU. para com o Brasil, foi apresentado pelo MEC ao GTI o documento de trabalho que constituiu o Anexo V.

3. Reunião da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana), realizada em Vina del Mar (Chile)

A Reunião da CECLA teve como objetivo principal definir a tomada de posição dos países da América Latina para negociações

com os Estados Unidos sobre problemas de financiamento, transportes, comércio e ajuda tecnológica, tendo em vista sobretudo o não conhecimento da política dos EE.UU. para com o continente latino-americano.

Os entendimentos entre os países latino-americanos se desenvolveram em duas etapas:

- 1) Reunião Extraordinária a Nível Técnico -
Realizada em dois períodos diferentes - 31/3 a 8 de abril e 7 a 14 de maio, visou a elaboração da Agenda e ao Debate inicial dos assuntos, que seriam discutidos na Reunião a Nível Ministerial.
- 2) Reunião a Nível Ministerial -
Realizada de 15 a 17 de maio, aprovou o chamado Consenso Latino-Americano de Viña del Mar. Nesta reunião o Brasil foi representado pelo Ministro das Relações Exteriores. Este documento será entregue ao Presidente Nixon, por todos os Embaixadores Latino-Americanos em Washington. Para debater a resposta dos EE.UU. ao documento poderá ser convocada a qualquer momento nova Reunião da CECLA.

As negociações com os EE.UU. serão continuadas no Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que dará oportunidade para uma primeira resposta dos Estados Unidos.

O CIES se reunirá em Trinidad y Tobago, a partir de 15 de junho.

Na CECLA foi decidida a conveniência de um mecanismo para negociações continuadas com os EE.UU., que seria provavelmente sob a forma de Comissão Técnica "Ad-Hoc", no Conselho do CIES, em coordenação com o CIC, quando corresponder, isto é, assunto de educação, ciência e tecnologia.

MISSÃO ROCKEFELLER

O Presidente dos EE.UU., com o objetivo de definir uma posição política junto aos países latino americanos, designou o Governador de Nova York Sr. Nelson Rockefeller para realizar missão de contactos informativos com os governos e a iniciativa privada desses países.

Um Grupo avançado precedeu a Missão a fim de formalizar os contactos e preparar a agenda definitiva da visita.

Os Conselheiros da Missão foram distribuídos em grupos tendo em vista as áreas de assuntos. Para o setor educação foram designados Samuel B. Gould e George K. Holland.

Ficou decidido nas reuniões subseqüentes do mesmo GT interministerial que um Ministério poderia participar de GT de outro Ministério em razão dos assuntos a êle vinculados, como ocorreu com o MEC que participou do GT de Ciência e Tecnologia.

O Grupo de Técnicos do MEC foi organizado conforme consta na Agenda da Missão.

Cada representante foi convidado a preparar um projeto ou reivindicação de sua área suscetível de sensibilizar os representantes do Governo Americano no sentido de uma ajuda.

Em reunião dos Secretários Gerais foram discutidas algumas recomendações conclusivas a fim de preservar a unidade de pensamento perante a Missão Rockefeller.

No dia 12-6, o Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura reuniu o Grupo da Educação e Cultura para esclarecimentos dos pontos que seriam apresentados à Missão em sua reunião no Museu de Arte Moderna, tendo sido distribuído um documento contendo as bases para os entendimentos.

Conforme estava previsto na Agenda, foi realizado o encontro do Grupo Educação com o Grupo da Missão Rockefeller no dia 18-6. (relatório em anexo).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO

MISSÃO ROCKEFELLER

ENCONTRO COM REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIA 18-6-69

Presentes os elementos constantes da Agenda, (em anexo).

Antes da chegada do Governador Rockefeller, em presença dos Srs. Gould e Holland, o Ministro da Educação ressaltou os problemas mais importantes da educação brasileira, tais como TV, Educativa, alfabetização de adultos, treinamento de professores de escola primária, e Reforma Universitária.

Na Reforma Universitária há vários itens a ser considerados: treinamento de pessoal, presença de educadores e equipamento para as Universidades; tais projetos não podem ser suportados sem ajuda externa e a colaboração suplementar será bem recebida.

O Presidente do Conselho Federal de Educação propôs a amplitude do ensino agrícola de nível médio, no país. Apresenta este ensino um atraso, não estando equacionado às necessidades brasileiras. Isto se explica pelo fato de esta atividade ter passado, com a Reforma Administrativa, do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação. Existe uma rede de 110 estabelecimentos de ensino agrícola espalhados pelo Brasil além dos estaduais e particulares. As escolas devem ser situadas na área rural para fixar os alunos no campo depois de saírem da escola. Há situações peculiares de estados adiantados em agricultura como o Paraná que não possui uma escola de nível médio de ensino agrícola. Foi solicitado para esse projeto, colaboração especial. O Governo sentindo a necessidade de fixação do homem no campo, tomou a iniciativa de elaborar projeto para, através de orientação dentro da escola, alcançar esse resultado.

A orientação dos educadores se fará sentir também no estágio pré-universitário a fim de estimular os alunos para tomarem direções mais relacionadas com o desenvolvimento do país, erradicando preconceitos contra carreiras como a veterinária, agronomia etc. A Reforma Universitária prevê êsses cursos pré-curriculares destinados a despertar os alunos para certas formações necessárias ao país em vez de se fixarem na engenharia, química e medicina.

Mr. Gould interrogou sobre a existência de motivação para certas carreiras.

Prof. Barreto Filho informou que a motivação virá juntamente com o ensino mais apropriado e a modificação das condições do meio rural que será atendida por um planejamento.

O Ministro esclareceu existir uma dissociação entre o ensino agrícola e a pesquisa. Esta última pertence ao Ministério da Agricultura e o ensino ao MEC.

Os programas de extensão não pertencem ao Governo e sim a várias áreas de trabalho. Seria aconselhável uma convergência de esforços para formação de técnicos de agricultura em nível superior. Neste momento, convênios estão sendo firmados para atender a essa falha.

Contudo, já existe uma associação dessas atividades em algumas escolas como na Universidade Rural de Minas Gerais.

Arlindo Corrêa esclareceu ter sido aprovado estudo de planejamento para o ensino superior agrícola. Esse estudo foi criado por solicitação do MEC ao Ministério do Planejamento. É verdade que o PED emitiu um planejamento cobrindo os anos 68 a 70, mas carece de detalhamento e aperfeiçoamento a nível regional. Procuram-se os meios pelos quais as 4 universidades rurais possam lançar a modernização agrícola necessária ao país. Esse plano deverá ser elaborado nos próximos 12 meses. Haverá associação entre ensino agrícola, pesquisa e extensão agrícola.

A seguir o Presidente do Conselho de Reitores, David Ferreira Lima esclareceu que a educação superior tem sofrido grande movimentação em prol de uma melhoria. Expôs duas sugestões que considera importantes: 1) contacto periódico entre professores brasileiros e professores americanos. Seria proveitoso levar professores brasileiros à América e vice-versa. Não seria um regime de bolsa de estudos, mas uma permanência de 3 a 4 semanas dentro do ambiente de sua especialização a fim de ampliar conhecimentos, do mesmo modo que os americanos conheceriam nossos problemas e o que se faz na sua especialidade no Brasil. Esse projeto possibilitaria melhoria de nível e não seria oneroso, pois a estadia seria oferecida pelas universidades, restando o problema do transporte. 2) Todas as universidades reestruturam seus sistemas e foi defendido pelo Conselho de Reitores a melhoria da estrutura administrativa das universidades brasileiras. São necessários campus dentro das universidades para haver pleno desenvolvimento da estrutura moderna. O Brasil possui 13 campus; 7 considerados de grande porte; os outros de tipo médio estão plasmando seus campus apresentando o necessário para o conceito de ensino moderno. A sugestão seria no sentido de um financiamento com prazo de 3 anos. Esse financiamento possibilitaria novas matrículas, cujos índices ainda estão baixos.

O Diretor do Departamento Nacional de Educação pronunciou-se sobre o problema do analfabetismo que apresenta-se com a taxa de 23 milhões de analfabetos. O programa de trabalho para extinção do analfabetismo deve levar em conta o desenvolvimento das regiões e a demanda de trabalho.

Outro problema apresentado pelo Diretor do DNE, foi a necessidade de aperfeiçoamento de professores do ensino primário que se faz sentir com ênfase, num país que pelas suas dimensões é forçado a descentralizar a remuneração, sendo ela estadual, municipal e pequena parte federal.

O Governador Rockefeller chegou nesse instante.

Foi saudado pelo Ministro da Educação e respondeu que nutria grande admiração pelo Brasil pois este país realiza imen

so esforço educacional, diante de suas grandes dimensões.

O Ministro acentuou as iniciativas das reformas Ad ministrativa e Universitária. Em referência a esta última res saltou que está em fase de implantação. Em relação dos recursos para educação houve grande esforço tendo passado de 485 milhões de cruzeiros novos em 66, para 1 milhão de cruzeiros no vos em 69, aumentando de 70%.

A Comunidade também realiza grandes esforços. Das rendas da Loteria Federal e Loteria Esportiva, 60% dos recursos são destinados a atividades educacionais. O esforço das classes empresariais acusa-se no Salário Educação, cuja renda é destinada a atividades do ensino primário. Em consequência desse esforço das comunidades foi possível aumentar consi deravelmente as matrículas do nível primário.

A projeção de slides relativos à suplementação de recursos para o ensino primário serviu para esclarecer a pro blemática.

Foram citados os esforços das fundações regionais pa ra extinção do analfabetismo e do ensino privado que apresen tou aumento de empregos no Brasil.

Após a exposição dos problemas foram apresentadas al gumas reivindicações.

O projeto de alfabetização de adultos aparece como o de maior importância, tanto na área rural como nas cidades.

O ensino agrícola necessita treinamento intensivo e rápido visando formar técnicos profissionais.

O ensino médio profissional voltado para a indústria, agricultura e comércio. Há redes desenvolvidas de ensino comercial e industrial para essa formação sendo marcante o atra so do ensino agrícola. Não há professores. Uma ajuda da AID seria bem aplicada para estabelecer os GOTs. Este programa nece sita execução imediata. O Governador Rockefeller pediu plano, o que lhe foi fornecido na hora pelo Chefe da EPEM.

Gilson Amado expôs a problemática da TV Educativa que nos países desenvolvidos têm aspecto supletivo mas que no Brasil assume importância fundamental. O Brasil é um dos integrantes das comunicações via satélite. É necessário retransmissão e transmissão também para efeito educativo o que exige recursos que não temos. É absolutamente necessária a educação nos tempos de hoje e ela se faz sentir em todos os recantos do Brasil com a penetração do rádio aparecendo a educação como instrumental de trabalho.

A rede comercial cobre 85% do território e tem prestígio nas camadas populares. A TV seria para nós, outra escola e não complementação dela.

Já existem **telecentros** em São Paulo e Recife. Já temos recursos, precisamos complementar.

Solicitou Gilson Amado um teste: um projeto impacto.

São necessários 400 especialistas que serão treinados em 1 ano nos telecentros de São Paulo e Recife e em certas estações comerciais. Pelo menos três emissoras poderiam inaugurar imediatamente êsses cursos com a ajuda americana. Em 1 ano seriam dadas 1.500 aulas, recuperando o ensino primário. Seria um ginásio diversificado, diferente do convencional, com condições necessárias para atender à demanda da região.

Em suma: Ampliação dos três centros e 400 especialistas.

A aparelhagem das escolas para recepção de aulas seria etapa seguinte.

Foram dados por findos os trabalhos de contactos com os representantes da educação, despedindo-se os membros da Missão.